ATA DA XLIV (44ª) REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAPICURU

Ata da quadragésima quarta Plenária Ordinária do CBHI ocorrida no dia dezenove de outubro de dois mil e dezoito no Colégio Estadual da Serra da Carnaíba, município de Pindobaçú - Ba, tendo a seguinte pauta: 1 - Planos, programas e projetos do governo do Estado da Bahia, para com os Recursos Hídricos do Rio Itapicurú e envolvimento do CBHI.a) breve apresentação dos membros do CBHI, das instituições convidadas e demais presentes; b. debate aberto com a Plenária; 2 - Regimento interno das Câmaras Técnicas; 3 - Encaminhamentos e próximos passos para a APA Serra da Jacobina 4 - Encaminhamentos e próximos passos sobre a Serra dos Morgados 5 - Indicações e preenchimento das vacâncias nas Câmaras Técnicas e nas diferentes categorias, nos três seguimentos do CBHI – 6 - O que mais ocorrer. Dando início à reunião e feita uma breve apresentação de todos os presentes, inclusive dos convidados presentes: Almaks (membro do comitê da Bacia do São Francisco – sub médio São Francisco) e Bruno Jardim (INEMA). Em seguida houve explanação sobre reunião das câmaras técnicas ocorrida no dia anterior com algumas visitas técnicas à região de Carnaíba e retirada de alguns encaminhamentos, ficando para à tarde a aprovação e fechamento do estatuto para as Câmaras Técnicas. Gustavo falou do Plano de Programas e Projetos do Governo do Estado da Bahia para com os recursos hídricos da BH do Rio Itapicurú e envolvimento do CBHI, com apresentação, a exemplo: Apresentação da Bacia do Itapicurú contextualizada geograficamente, com poucas chuvas e sazonal, com clima e chuva muito variável. Adaptação histórica de adaptação à seca pelas populações, apresentação da Serra da Jacobina (Caixa d'água) por ser mais elevada e com vegetação diferenciada devido ao clima mais ameno, dentro do semiárido; Explanação das vinte e poucas barragens que coletam dessas águas, sendo cinco sub-bacias que abastecem a área. Dentre elas, a barragem de Ponto Novo. Rubens relembrou a situação da região de Santa Luz em relação a problemas de uso do solo e desmatamento à margem do rio, Gustavo informou que já foi encaminhado um ofício pelo próprio comitê ao INEMA que disse ter encaminhado o oficio para a UR de Feira de Santana, responsável pela área. Gustavo se compromete a cobrar do INEMA esse encaminhamento e posicionamento. Foi debatido o problema da gestão dessas barragens, com relatos de muitos protestos quando do fechamento do sítio barreiras quando houve restrição da oferta de água do perímetro irrigado. Foi consensuado que o Governo demonstra a falta de planejamento dos recursos hídricos e que age demonstrando diversas contradições em flagrante desrespeito a Lei Federal 9.433 de 1977 que afirma que a gestão deve ser descentralizada,e esclarece o papel dos comitês de bacia neste gestão. O CBHI é unanime em dizer não tem sido consultado ou participado da discussão da gestão das águas. O comitê só é utilizado para discussão dos conflitos, depois das ações e atitudes já tomadas pelo próprio Estado. E cita que para a presente plenária outras instituições do Estado além do INEMA formam convidadas e não compareceram como a CAR, a SERB, a CODEVASF, o DENOX e a SEMA. Foi questionado pela plenária como se dará essa participação? Como será encaminhada essa demanda? Pra o CBHI o INEMA contradiz o exercício legal na função que tem, e não atende as necessidades e demandas do comitê por isso, a necessidade de instalação de uma agência de bacia, a exemplo do comitê do São Francisco. A seguir Bruno Jardim, representante do INEMA aborda a Gestão das Águas na ótica do estado da bahia. Segundo ele, a primeira área estudada para criação dos comitês de Bacias foi o alto da bacia do Itapicurú mas infelizmente dos quatro contratos para elaboração de planos de bacia, o único que não conseguimos fechar foi do Itapicurú por não ter sido concluído porque o INEMA não viu qualidade no produto apresentado." Gustavo alega que temos um Plano de Bacia, e Bruno diz que é da década de 90, está considerado defasado e só atende parte do plano de um diagnóstico de uma bacia. São dados que estão lá e que podem ter evoluído. Gustavo lembra que uma das ações junto ao estado é conseguir recursos para fazer o plano de bacia, e pergunta se existem perspectivas para o plano para o Itapicurú. Bruno diz que o INEMA tem muito interesse no plano da nossa bacia hidrográfica, e que foi estudado em **cadernos de informações das sub-bacias do itapicurú. Segundo ele esses caderninhos (50) estão na CERB e compromete-se a averiguar e trazer para o CBHI bem como informações relacionadas às barragens da bacia do Itapicurú sob a gestão do INEMA.** Gustavo diz que o CBHI nunca foi chamado a participar dos planos das barragens que estão sob a gestão do INEMA. Bruno diz que o que o INEMA faz é acompanhar esse processo e diz que a CERB é quem opera as barragens, como também o DENOX, a EMBASA e pessoas físicas. Marcos UNEB: cita séries históricas e outras muito recentes o que podem vim a dificultar dados precisos sobre vazão e precipitação. Diz que nos site do SEIA já se consegue acessar

alguns dados, menos o de fluviometria. Bruno INEMA diz que as antigas eram geridas pelo DENOX e com isso existe uma grande falta de dados de vazão mas que o INEMA tem cota e medida e reconhece que o sistema de informação não é da melhor eficiência, principalmente ao que se refere aos dados de vazão. Manoel Ailton cita que o pessoal em ponto novo continua solicitando a vazão ecológica do rio, sugerindo que a outorga seja dada de acordo com a necessidades da população em geral. Diz não ter uma informação do INEMA, bem como questões orçamentárias para monitoramentos das águas e solicita ao CBHI o mínimo dessas informações. Marcos diz que do barramento de Ponto Novo a comunidade de Covas passou a ter um cenário de vazão zero. Gustavo cita o mesmo exemplo em Pindobaçú. Marcos diz que é necessário a perenização pela Lei. Paulo Fernandes lembra que já houve a discussão no Ministério Público sobre a questão da vazão do rio para as comunidades ribeirinhas localizadas abaixo das barragens. Como organizar o direito de todos receberem a água? Gustavo questionou o por quê de abrir um perímetro irrigado se não temos chuvas suficientes, como dar outorga? E reafirma: "O CBHI tem que participar e entender quais as estratégias e planos do governo em relação a essas decisões". Jorge se posiciona contra os fusegates na Barragem de Ponto Novo que vêm causando danos à comunidade, aumentando inclusive a evaporação da água e beneficiando aos mais ricos e ao próprio estado. Paulo Fernandes diz que junto com isso vem o agronegócio. Gustavo questionou que se não tem água matematicamente para todos por que o governo continua prometendo mais águas quando o governo não nos dá condições de gestão para gerir esse comitê e nem ao menos temos dados. Bruno Jardim assinala que tem Boletins semanais dos reservatórios e da previsão das chuvas que são disponibilizados toda semana. Foi feito um **estudo sobre operação do Reservatório de Ponto Novo e Pedra do Cavalo, que já está pronto e o INEMA se disponibiliza a apresentar ao CBHI.Já sendo um ponto importante inicial para abrirmos um diálogo com o Estado. Outros reservatórios monitorados: Aipim, Cachoeira Grande, Pedras Altas, Pindobaçú e Jacurici.** Gustavo questionaporque não conseguimos fazer uma gestão compartilhada e participativa em Ponto Novo, sabendo que o governo tá tirando água para levar para outros lugares? Se a gente não tem plano, o governo também está fazendo sem o plano. **Bruno do INEMA se comprometeu em apresentar Estudo sobre as Barragens de Pindobaçu, Ponto Novo e Pedras Altas para o CBHI e inclusive apresentar e sentar com o comitê para discussão participativa com pontos de vista heterogêneos.** Recomenda que o CBHI faça uma consulta à SEMA para fazer apresentação sobre as zonas definidas no ZEE e demais aspectos. Falou sobre atividades de capacitação: SEMA, INEMA e ANA que propõe também formações à distância. No final da sua fala Bruno deixou seus contatos: 71 31184102 / bruno.jardim@inema.gov.br. Encaminhamentos: Gustavo diz que pelo governo federal ao menos somos chamados a participar. Pelo INEMA o comitê nunca foi chamado. A extratégia de convocar os órgãos estatais não funcionou, e preciso que chamemos novamente os órgãos do Estado que na sua maioria não compareceu. Reforçar a questão da Agência da Bacia do Rio Itapicurú: como podemos estabelecer novos limites e regras e fazer com que o Estado também cumpra os acordos.Paulo Fernandes sugere sobre o estudo da Barragem de Ponto Novo, sentar juntos e já construir uma comissão**ficou deliberado que o CBHI vai Fazer uma reunião (extraordinária) em Salvador, para tentar a participação do governo.** Almaks salientou que em fase a disposição do promotor Pablo de Jacobina que o comitê se faça mais presentes na discussão junto ao Ministério Publico, além da ASPAFF e que os comitês corram atrás da independência, contando com o fundo estadual de recursos hídricos: **o comitê fazer oficialmente um documento exigindo do Estado a aplicação dos recursos e comece a repassar os 7,5 para gestão da agência da Bacia do Itapicurú.** Bruno informa que para o estado o comitê participa da tomada de decisões, sim, mas em período de risco tem que tomar decisões em curto prazo e complementa dizendo que se faz importante **sentar e fazer uma comissão para essa discussão**. Orienta o Comitê a solicitar diálogo e que se estabeleça algumas questões técnicas sobre Ponto Novo. Rubens, em relação ao plano de bacia, acha que não foi feito porque é área de interesse de mineração do Estado, e a questão de um plano para preservar as nascentes não é de interesse e, por isso, não disponibiliza nenhum recurso para a preservação das mesmas. Bruno diz que o Plano precisa proteger as nascentes e as águas de recarga da bacia e sugere que foquemos nos pontos mais emergentes e comecemos assim a construção do plano. Gustavo retoma afirmando que o comitê tem o poder e o papel de discussão, e que os mais ausentes são o poder público. Das nove vagas do poder público só comparecemas plenárias os municípios e o INEMA, os órgão do estado estão ausentes e não conseguimos avançar pela ausência do governo do Estado. Queremos discutir a sustentabilidade antes de nos ser apresentado algo de "cima para baixo", não queremos ser treinados nem engolir nada. O INEMA apresenta-se tecnicista, inclusive nas questões das diárias maiores ou menores para os membros do comitê, o que se apresenta como preconceito e exclusão. Mariza interroga o motivo por que o governo não tem um olhar mais profundo para a serra da Jacobina que abastece todo o semiárido? Estamos jogados às traças, vendo a cada dia um riacho morrer, um córrego,

uma nascente. E nós já levamos a proposta para a realização dessa região em uma unidade de conservação e nada foi feito, agora estamos sofrendo a invasão de mineradoras capixabas (cinco até o momento) com licenças que não entendemos como são concedidas. Alguma coisa tem que ser feita e urgente. Segundo ela "Não adianta ficar aqui discutido Ponto Novo se a gente não cuidar das nascentes de Pindobaçú, Mirangaba e demais municípios, pois se não cuidar do alto da Bacia não vai chegar água em Ponto Novo não". José Wilton pergunta ao representante do INEMA se o governo tem algum plano de recuperação de nascentes, fiscalização de algo para proteger os mananciais? Berenice diz que o governo não sabe pra onde está indo e os comitês perderam a significância dentro do Estado, estamos simplesmente cumprindo pauta. Precisamos rumo, pactos realizaveis com as entidades municipais, estaduais e federais relacionadas à gestão das águas e demais questões ambientais.Bruno responde achar interessante termos um comitê com esse perfil. "Sei que precisamos melhorar, o próprio governo não percebe, por exemplo, que existe esse ente novo. È preciso que o conjunto de governo faça a gestão participativa porque a Lei estabelece assim, afirma Bruno Jardim e continua: Para o alto existe um caminho que precisamos sentar e discutir com vocês. Os políticos não podem ficar de fora em relação a isso. Contar com a assembleia legislativa, ou seja, num contexto mais global e criar uma pressão política. Assuntos que envolvem questões políticas tem que ter um plano político de ação. Recurso hídrico visto como parte da água pensada para cumprir muito mais uma gestão econômica é o que queremos? Participar dos diálogos com os territórios. Façam pressões, nos deputados ligados à casa civil". Almaks relata que é a Sema quem manda e o INEMA é um órgão executor, ou seja, um nada. A Lei 9433 tem 21 anos e não funciona porque não tem instrumentos. O agronegócio está presente em 83% do território baiano. No Itapicurú no conflito do itapicuru Açu e do Itapicurú mirim o governo fez uma vazão para fortalecer a mineração. O maior problema de Jacobina está sendo a água. O sistema hídrico da Bahia tende a piorar. A partir de 2018 será 75 por cento pros município e 25 por cento pro Estado. Um dos maiores absurdos do governo do Estado são os projetos imediatistas hídricos para abastecer a capital do estado (Salvador) captando a água do semiárido. Ainda na voz de Ailmaks. é furado o cadastro de água na Bahia e as outorgas nem se fala e os comitês devem perceber que o Fórum não é ente político dentro da Lei, não delibera nada. A Lei diz que o INEMA não é um órgão gestor, é um órgão executor. E ainda cita: o ZEE na Bahia não é referência. Não é justo, por exemplo, a yamana não ter um medidor de qualidade de água para haver parâmetros, sendo que o INEMA só instala abaixo, a exemplo, em balneários. A Lei trata da água como recurso financeiro e não como direito fundamental do ser humano e conclui citando que para ter agência de bacia não é necessário ter um plano. Gustavo pergunta: qual o recurso que cai dentro da agência? E Almaks responde que o boleto quem lança é o INEMA, embora seja vaga a Lei na Bahia. Aqui vai demorar mais porque a força do PIB minerário no Itapicurú é muito forte. Jorge pergunta: o INEMA pode intervir e não aceitar nossa agência de bacia? E Almaks responde: Como se trabalha com números, fazendo um levantamento de outorgas para pagar a água eu não vejo ainda viabilidade de se criar uma agência no Itapicurú. Se tiver um levantamento que tenha sua cobrança e que justifique, pode ser. É uma das competências do comitê estabelecer o valor da água, deve ser levado ao conselho a partir do que propõe o comitê de bacia. Marcos refere-se a duas questões do comitê: o diagnóstico dos usuários e águas subterrâneaso comitê fazer oficialmente um documento exigindo do estado a aplicação dos recursos e comece a repassar os 7,5 para gestão da agência da Bacia do Itapicurú.O Presidente Gustavo agradece aos dois convidados, Bruno e Almaks. Encerramos a reunião pela parte da manhã. À tarde demos sequência à plenária com a fala da senhoraDoralice da Associação Brejão da Grota iniciou com sua fala: A luta lá é ferrenha por causa das nascentes que é a água que bebemos desde o início da comunidade, mas a gente tem que dá uma providência que estão desaparecendo, sobre os donos das roças e o desmatamento, os novatos que destroem as nascentes e estamos sendo ameaçados. As nascentes do Itapicurú-Açú. Gustavo reponde não ser função do CBHI fazer fiscalização, esse papel é do INEMA. O CBHI solicita que a associação faça um ofício e passe o ofício para que o CBHI encaminhe para o INEMA, assim haverá o apoio do comitê paralelamente. Markus Breus: Solicita apresentação sobre estudo da barragem de Ponto Novo ao INEMA e propõe criar uma comissão de alocação para a barragem de Ponto Novo, trazendo o modelo de Andorinha. **Por votação o comitê delibera a solicitação aos órgãos competentes para criação da comissão com participação do CBHI.** Foi solicitada a apresentação do PAE – Plano de Ação Emergencial para Gestão de Recursos Hídricos - para que tomemos conhecimento a fim de construirmos o nosso também, requerer sobre o fundo estadual dos recursos hídricos da Bahia. Sobre as visitas técnicas de ontem (dezoito de outubro de 2018) com participação da prefeitura de Pindobaçú aconteceu pela manhã à estruturas conhecidas como pinicões (cinco ou seis) que recebe esgoto de água acumulada que vai diretamente para dentro do rio. O que seria para funcionar (a estrutura) não está funcionando e está em estado de comprometimento. Visita a local doscortes de esmeralda (garimpos) com mais de 300 metros de

profundidade. São aproximadamente 50 cortes de esmeraldas. A água dos lençóis freáticos desce constantemente e abastece a Carnaíba de cima e de Baixo além da água que lava a própria mina que também é jogada pra fora sem tratamento nenhum, atravessando à cava pela rua, essa com maior potencial de contaminação, indo também para a barragem de Pindobaçú. Terceiro ponto visitado foi o Angico, na direção das nascentes, de uma forma geral o rio foi visto correndo porém com áreas desmatadas mas não de forma geral. À tarde com as câmaras técnicas: foi firmado oficializar ao INEMA uma amostragem dessas águas que estão vindo da mineração e fazer análise dessas duas qualidades de água, a que vem de cima e a que vem debaixo (dos garimpos).**Reaproveitar a água de cima (lençóis freáticos); fazer análise das águas mais profundas pra ver se estão contaminadas por explosivos, contaminantes, e qual o tipo de tratamento que deve ser dado a essa água. Solicitar da prefeitura de Pindobaçú que tome uma providência sobre o funcionamento dessas estruturas de tratamento de esgoto (penicões), para que não aconteça o que vem acontecendo, as águas indo diretamente para o canal fluvial. Sobre os esgotos, solicitar também ao INEMA uma análise da água e de sedimentos que podem vazar para o seguimento de fundo de rios.** Segundo Israel, está tendo um entrave do poder público municipal com a sociedade civil organizada, ele afirma que a prefeitura não resolve nem deixa a associação resolver a situação. Gustavo reforça que a responsabilidade do esgotamento no final é da prefeitura e ela tem que ser cobrada. Ouvindo o Secretário de Meio Ambiente da prefeitura de Pindobaçu, Carlos José, fala que sobre essa questão que afeta o meio ambiente diz estar procurando um ofício que fala sobre a recuperação dos penicões e dos esgotos, solicitado através da própria prefeitura. Segundo ele, haverá reunião dia 22 de novembro com o IFBA para desenvolver o PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico, com uma verba já empenhada de 5 milhões de reais (adquirida através de consórcio). Manuel Ailton sugere que o poder público, a sociedade civil e o CBHI reúna-se a fim de tentar resolver a questão, pois segundo Israel existe o dinheiro do Bahia Produtiva para o esgotamento do municio, verba que se não for empenhada até novembro será retornada para o governo. Almaks disse que o dinheiro do Bahia Produtiva não pode ser utilizado em esgotamento, só em água. Esse dinheiro entrou no município como compensação ambiental pela barragem de Pindobaçu. Sugestão de Gustavo: **encaminhar ofício à prefeitura e demais órgãos (Governo do Estado) sobre a questão de água e esgoto, com a comissão de mediação de conflito**que fica marcada para pré agendada par 05 de novembro no Colégio Estadual de Carnaíba de Baixo às 15:00 horas (ainda a confirmar). Entendimento da necessidade de pensar entidades delegatárias. **A ideia seria lançar uma chamada pública como secretaria executiva do comitê para substituir o papel que o INEMA ocupa no momento. Almaks disse que tem uma deliberação aprovada pelo governo do estado estabelecido pelo CONER, que institui uma comissão e dá um valor baixo visto que se não tem cadastro não tem outorga. Aproveita e solicita cadastro de outorga. "Isso tem que ser tudo junto, embora não vá sair tudo junto, isso é competência do comitê: tem que ter uma deliberação provocando".** Berenice diz que é justo buscar o processo de criação de uma agência de bacia,para viabilizar a cobrança e cumprir as demandas do Itapicuru, mas que devemos fazer um levantamento das entidades que gostariam de assumir o compromisso de agência delegatária para o comitê, mas é necessário que cada instituição apresente um projeto para o comitê. Encaminhamento Gustavo: o comitê indicou convidar a diretora Elba Valéria para abordar sobre a cobrança de água dos usuários do rio Itapicurú para que na reunião do dia 30 os usuários já possam se posicionar sobre isso (votação e discussão em plenária. Outro ponto da pauta foi o CAE (Comissão de Acompanhamento de Empreendimento) para a Santa Luz Desenvolvimento Mineral Ltda em Santaluz que fala sobre uma condicionante ambiental para acompanhar a implantação de uma obra. Estão retomando a operação e tem uma licença de operação sendo necessária uma comissão de acompanhamento da mina pelo entendimento do INEMA. A empresa sugeriu alguém do CBHI para participar dessa comissão para encontros que acontecerão de três em três meses em Santa Luz, acompanhando o cumprimento das condicionantes e trazendo informações para o comitê: Manuel Ailton pergunta se haverá custeio pela empresa ou por outro órgão (INEMA) sendo o indicado alguém da sociedade civil, A Leagold esclarece que a empresa não arcará com as despesas. **Ficando definido como membros encarregados: Gustavo Hess como titular nesta representação, Marcos (primeiro suplente) e Josevaldo Alves (segundo suplente).** Quanto ao **Regimento interno das câmaras técnicas Berenice fez a leitura e após análise e algumas mudanças foi aprovado em unanimidade pelo CBHI**. Houve também a **aprovação das duas atas anteriores (aprovadas e assinadas)**. Da pauta prevista para essa plenária faltou discutir: Encaminhamento e próximos passos sobre a criação da APA da Serra da Jacobina e Próximos passos sobre a Serra do Morgado.Nada mais havendo, encerra-se a reunião e eu, Márcia Regina de Souza Costa, segunda secretária desse comitê, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros do CBHI presentes.

223 Márcia Regina de Souza Costa.
224 Marcela Faria Dias Rubem da Fonseca
225 Edelson Gama de Oliveira
226 IRPJ, Fazenda
227 Carla
228 Manoel Dilton P. de Carvalho
229 - Governo Mers de Negócios.
230
231
232
233
234
235
236
237